



ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE COCALZINHO DE GOIÁS

PROJETO BÁSICO

Inexigibilidade: Nº 12/2025

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação

Fundamentação: Art. 74 da Lei nº 14.133

Objeto: PROGRAMA DE LICITAÇÃO

ÍNDICE

I – DO OBJETO E SUA ESPECIFICAÇÃO.....	2
II – JUSTIFICATIVA E MODALIDADE.....	2
III – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E REQUISITOS NECESSÁRIOS:.....	3
IV - CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO/RECEBIMENTO DO OBJETO:	3
V – DAS SANÇÕES/PENALIDADES	3
VI – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.	5
VII – DA ESTIMATIVA DO VALOR.....	5
VIII - OBRIGAÇÕES DAS PARTES	5
8.1 OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR	5
8.2 OBRIGAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL.....	5
8.2.2 - Pagar, dentro dos prazos, os valores pactuados;	5
IX – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	5
X – DA FORMA E CONDIÇÃO DE PAGAMENTO	5
XI - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO	6
XII – DO REAJUSTE	7
XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	7
ANEXO I.....	8
ANEXO II	9
ANEXO III	12



ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE COCALZINHO DE GOIÁS

I – DO OBJETO E SUA ESPECIFICAÇÃO.

1.1 – A presente formalização de demanda tem por objeto a contratação de licença de uso de sistema eletrônico integrado, destinado à gestão, operacionalização, controle e acompanhamento de todas as etapas dos procedimentos licitatórios e demais modalidades de contratação pública, conforme previsto na legislação vigente.

O sistema deverá contemplar, obrigatoriamente, módulos complementares e integrados que permitam a tramitação eletrônica de processos, a elaboração e publicação digital de editais, gestão de contratos, controle de prazos, gerenciamento de propostas e lances, bem como funcionalidades que assegurem o registro e a rastreabilidade de todas as ações realizadas no ambiente eletrônico.

A contratação também deverá incluir suporte técnico especializado, atualizações periódicas (e automáticas, sempre que possível), manutenção corretiva e evolutiva, bem como capacitação inicial e contínua dos servidores públicos envolvidos na utilização da plataforma, por meio de treinamentos presenciais e/ou virtuais.

O objetivo principal desta contratação é garantir maior eficiência, padronização, economicidade, transparência e segurança jurídica nos processos de contratação pública realizados pelo órgão, em estrita conformidade com os princípios da administração pública e com as disposições da Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), entre outras normas aplicáveis.

II – JUSTIFICATIVA E MODALIDADE

2.1 - A contratação de licença de uso de sistema eletrônico para gestão de procedimentos licitatórios é necessária para modernizar e dar maior eficiência, transparência e segurança às contratações públicas realizadas pelo órgão. A ferramenta, com módulos complementares, suporte técnico, treinamentos e atualizações, garantirá conformidade com a legislação vigente e otimização dos processos, atendendo aos princípios da legalidade, economicidade e publicidade.

2.2 – Adota-se a modalidade **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, conforme LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, e orientação de Parecer Jurídico, anexo ao presente processo.

Art. 74, da Lei nº 14.133, Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange:



ESTADO DE GOIÁS

CÂMARA MUNICIPAL DE COCALZINHO DE GOIÁS

I - Os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa;

II - Os fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública.

[...]

III – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E REQUISITOS NECESSÁRIOS:

3.1 – As despesas decorrentes desta inexorabilidade correrão por conta da dotação orçamentária, constante no orçamento para o exercício de 2025.

IV - CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO/RECEBIMENTO DO OBJETO:

4.1 – Somente será aceito os serviços que respeitem as normas de qualidade determinadas pelos órgãos competentes do Brasil e conforme o item 1.1 deste Projeto Básico.

V – DAS SANÇÕES/PENALIDADES

5.1 - O não cumprimento das obrigações e demais condições estabelecidas no Projeto Básico sujeitará o licitante às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão dos pagamentos até a regularização dos fatos gerados das penalidades.

5.2 – Nenhum pagamento será feito ao licitante multado, sem que este tenha liquidado a multa ou faça o depósito do valor correspondente.

5.3 - Sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, pelo não cumprimento dos compromissos acordados poderão ser aplicadas, a critério da Câmara Municipal, as seguintes penalidades ao Fornecedor:



ESTADO DE GOIÁS CÂMARA MUNICIPAL DE COCALZINHO DE GOIÁS

a) Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o processo, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a Câmara Municipal e será descredenciado do fornecimento para a Câmara Municipal, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas, no contrato e das demais cominações legais;

b) A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a contratada, além das penalidades referidas no item anterior, a multa de mora, nas seguintes proporções:

I – 5% (cinco por cento) sobre o valor contratado, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, dentro de 24 horas contados da data de sua convocação;

II – 3% (três por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;

III – 3% (três por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

c) Advertência;

d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração.

e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a Câmara Municipal;

f) As sanções previstas nas alíneas a), c), d) e e) poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea b).

5.4 Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido à contratada o contraditório e a ampla defesa. A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.



ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE COCALZINHO DE GOIÁS

VI – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

6.1 – As despesas decorrentes deste processo correrão por conta da dotação orçamentária, constante no orçamento para o exercício de 2025.

Dotação - 01.031.0001.2001.33.90.39-99

Fonte – 100

Identificação – **OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA**

VII – DA ESTIMATIVA DO VALOR.

7.2 – O valor foi estimado conforme pesquisa de preços.

VIII - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

8.1.2 - O fornecedor deverá oferecer todas as condições para a fluência do serviço de maneira completa, caso inclua o uso de itens e materiais para a realização do descrito no item 1.1, atendendo as demandas necessárias e que a Câmara Municipal Solicitar.

8.2 OBRIGAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

8.2.2 - Pagar, dentro dos prazos, os valores pactuados;

8.2.3 Notificar, formal e tempestivamente o Prestador de Serviços sobre as irregularidades observadas na execução da prestação de serviços e cumprimento do contrato.

IX – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

09.1 – A gestão e a fiscalização do contrato serão realizadas por servidor designado pela Presidência da Câmara, por meio de Portaria, conforme determinações legais.

X – DA FORMA E CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

10.1 – O prazo de pagamento será de até o quinto dia útil do mês subsequente, após o recebimento da nota fiscal, emitida após a solicitação da CONTRATANTE, a qual deverá ser obrigatoriamente protocolada em duas vias na Câmara Municipal, juntamente com as regularidades fiscais, jurídicas e de idoneidade comprovadas conforme lista abaixo:

Av. Comercial, Qd. 26, Lt. 17, centro, Cocalzinho de Goiás-GO – CEP 72975-000



ESTADO DE GOIÁS CÂMARA MUNICIPAL DE COCALZINHO DE GOIÁS

Documentos de regularidade fiscal:

Certidão Negativa de Tributos Federais:

<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir>

Certidão Negativa de Tributos Estaduais:

<https://www.sefaz.go.gov.br/Certidao/Emissao/default.asp>

Certidão Negativa de Tributos Municipais:

Caso empresa seja de Cocalzinho de Goiás:

<https://cocalzinhodegoias.megasoftservicos.com.br/cidadao/emissao-certidao-negat>

Certidão de Regularidade com o FGTS, fornecida pela Caixa Econômica Federal:

<https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>

Certidão Negativa de Débito Trabalhista (Lei nº 12.440/11):

<https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces;jsessionid=->

<imDbW8drWOff1bcguZCBYw0Q10ASGIVaFfAnTKI.cndt-certidao-39-7k27r>

Certidão negativa correcional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) e Certidão negativa correcional (ePAD e CGU-PAD)

<https://certidoes.cgu.gov.br/>

10.2 - O pagamento será mediante transferência bancária, via TED/DOC, após o cumprimento do item anterior.

10.3 - A CONTRATANTE efetuará os pagamentos à CONTRATADA atendendo as solicitações realizadas pela câmara municipal.

10.4 - A CONTRATANTE se exime do pagamento de quaisquer despesas extras ao valor contratado.

10.5 – A CONTRATADA, que não estiver em dia com todas as obrigações jurídicas, fiscais e de idoneidade, terá o pagamento suspenso, sem prejuízo a execução do serviço, até que a mesma apresente documentação de cumprimento com as obrigações pendentes.

XI - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

13.1 – O prazo de vigência do contrato será até 31 de dezembro de 2025, podendo ser prorrogado em caso de manifesto interesse público, por meio de Termo Aditivo, seguindo os Dispostos na Lei 14.133 de 2021, respeitando o prazo estabelecido no Art. 132.



ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE COCALZINHO DE GOIÁS

XII – DO REAJUSTE

12.1 - Os reajustes poderão ser realizados, conforme Art. 6, inciso LVIII, sendo facultado a gestão da Câmara Municipal, aplicar ou não o reajuste, utilizando índice como INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), ou outro que venha a substituir.

XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 – O Presente Processo é passível de ser anulado nos casos legais, ou a critério e por conveniência da Administração Pública, especialmente pela Presidência da Câmara Municipal de Cocalzinho de Goiás, que poderá revogá-la ou transferi-la, no seu todo ou em parte, por meio de ato oficial.

13.2 – O Contrato feito com o Fornecedor poderá receber termo aditivo, prorrogando-o no tempo e/ou no objeto e/ou valor, em todos os casos, por faculdade da Câmara Municipal e sob consulta ao prestador de serviço.

13.3 - Qualquer controvérsia a ser dirimida judicialmente sobre o Projeto Básico, ou o presente Processo desde já fica eleito o Foro da Comarca de Cocalzinho de Goiás-GO para devidas providências.

CÂMARA MUNICIPAL DE COCALZINHO DE GOIÁS, ao vigésimo segundo dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco. (12/08/2025)

JOSÉ WILLYAN DIAS

Agente de Contratação



ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE COCALZINHO DE GOIÁS

ANEXO I

CARTA DE PREPOSTO

(Papel Preferencialmente Timbrado da Empresa Licitante)

O agente de contratação **JOSÉ WILLYAN DIAS**,

servidor da Câmara Municipal de Cocalzinho de Goiás Av. Comercial, Qd. 26, Lt. 17, centro,
Cocalzinho de Goiás-GO - CEP 72975-000.

Em cumprimento aos ditames edilícios, a
empresa _____ situada na

_____ possuidora do CNPJ N° _____ através de
seu _____, **outorga** ao Sr.(a)

_____ portador do Registro Geral

N° _____ e CPF N° _____, domiciliado

à _____,

amplos poderes para representa-lo junto à Câmara Municipal de Cocalzinho de Goiás, no

Processo N° 01 / 2023, Inexigibilidade de Licitação N° 001 / 2023, inclusive interpor recurso ou

desistir, receber citações, intimações, responder administrativa e judicialmente pelos atos da

Av. Comercial, Qd. 26, Lt. 17, centro, Cocalzinho de Goiás-GO – CEP 72975-000



ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE COCALZINHO DE GOIÁS

empresa no processo, formular ofertas e lances de preços, enfim, praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

Cocalzinho de Goiás _____ de _____ de 2025.

Assinatura do Representante legal da Empresa
(RECONHECER FIRMA)

ANEXO II
PROPOSTA DE PREÇOS

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
ASSESSORIA JURÍDICA À CÂMARA MUNICIPAL DE COCALZINHO DE
GOIÁS.**

O agente de contratação **JOSÉ WILLYAN DIAS**,

servidor da Câmara Municipal de Cocalzinho de Goiás Av. Comercial, Qd. 26, Lt. 17,
centro, Cocalzinho de Goiás-GO - CEP 72975-000.

A empresa _____ inscrita no CNPJ Nº _____

estabelecida _____ na

Bairro _____, cidade _____,

estado _____, pela presente, propõe o objeto deste certame, nas seguintes

condições:

	Nº Item	Objeto	Unidade de medida	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
--	---------	--------	-------------------	------------	----------------------	-------------------



ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE COCALZINHO DE GOIÁS

	01	xxxx	xxxx	xxx	R\$ ----,--	R\$ ----,--
	02	xxxx	xxxx	xxx	R\$ ----,--	R\$ ----,--
	xxx	xxxx	xxxx	xxx	R\$ ----,--	R\$ ----,--
	TOTAL DA PROPOSTA					R\$ ----,--

- 1) Declara que por ser de seu conhecimento atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Projeto Básico relativas à licitação supramencionada, bem como às disposições da Lei Federal 14.133/2021 com suas alterações posteriores;
- 2) Declara outrossim, que os preços ofertados incluem todos os custos, quaisquer impostos (inclusive I.P.I, se for o caso), taxas, benefícios, e constituirá a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita prestação do serviço, incluídos ainda, todos os custos decorrentes de transporte, taxas, fretes, entregas, descontos, bonificações, inclusive custo de orçamento, despesas trabalhistas, previdenciárias, emolumentos e quaisquer outras despesas e encargos e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do Projeto Básico e seus anexos.
- 3) Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Cocalzinho de Goiás, _____ de _____ de 2025.

Carimbo do CNPJ / MF

Data: ____ / ____ / 2025

Av. Comercial, Qd. 26, Lt. 17, centro, Cocalzinho de Goiás-GO – CEP 72975-000



ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE COCALZINHO DE GOIÁS

Representante legal da Empresa



ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE COCALZINHO DE GOIÁS

ANEXO III

OFÍCIO Nº ____/2025

Cocalzinho de Goiás, ____ de ____ de 2025.

Sr^a José Willyan Dias,
Agente de Contratação da Câmara Municipal de Cocalzinho de Goiás.

ASSUNTO: ENVIO DE PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

Prezada Agente de Contratação,

A empresa _____ inscrita no

CNPJ Nº _____ estabelecida na

Bairro _____, cidade _____,

estado _____, pela presente, envia os documentos necessários para habilitação e

proposta, para participação no Processo Nº 001/2023, na modalidade Inexigibilidade de Licitação

Nº 001/2023, nos termos do Projeto Básico, do referido processo.

Nada mais para o momento, elevamos votos de estima e consideração.

COCALZINHO DE GOIÁS, ____ de ____ de 2025.

Carimbo do CNPJ / MF

Data: ____ / ____ / 2025

Representante legal da Empresa